

ICMBio



Edição 479 - Ano 11 - 3 de agosto de 2018

em destaque

Brasil reforça medidas para áreas marinhas

PÁGINA 9

Flona capacita novo grupo de monitores ambientais voluntários

PÁGINA 4

ICMBio participa da campanha “Um Dia no Parque”

PÁGINA 5



Oficina discute redução de impactos sobre biodiversidade marinha

A Coordenação de Ações Integradas para Conservação de Espécies (Coesp) realizou, entre os dias 16 e 20 de julho, a "Oficina de Planejamento do Plano de Redução de Impacto da Exploração de Petróleo e Gás Natural sobre a Biodiversidade". A proposta do evento foi discutir amplamente o tema e consolidar, de forma participativa, a metodologia de seleção dos alvos da biodiversidade diretamente impactados pela atividade petrolífera, buscando compatibilizar a exploração do recurso com a conservação.

A oficina faz parte do processo de elaboração dos Planos de Redução de Impactos sobre a Biodiversidade (PRIMs), que têm o objetivo de reduzir as ameaças a diversas espécies. O plano quer evitar, mitigar e compensar os impactos advindos dos vetores de ameaça mais impactantes à biodiversidade brasileira, como infraestruturas viárias terrestres, hidrelétricas, mineração e petróleo e gás. O planejamento sistemático da conservação mostra áreas de conflitos e oportunidades para a conservação da biodiversidade levando em consideração cada uma dessas ameaças. Assim, o PRIM subsidiará o processo decisório relativo ao local dos empreendimentos, a proposição e aplicação de medidas mitigadoras e a destinação dos recursos provenientes da compensação ambiental.

Durante a oficina, foram definidos os principais impactos (possíveis de serem mapeados) associados às atividades de petróleo e gás natural: risco de colisão com embarcações, degradação de habitat (advinda principalmente da poluição química causada pelos derrames de óleo, resíduos e descartes das plataformas), perda de habitat (resultado da instalação de plataformas e portos) e risco de introdução de espécies exóticas invasoras. No evento, foram também definidos os critérios para seleção dos alvos de conservação mais sensíveis à atividade petrolífera, incluindo não apenas elementos da fauna e da flora, mas também habitats específicos (recifes, restingas, costões rochosos, apicuns, etc.) e serviços ecossistêmicos.

A partir dos encaminhamentos da oficina, os centros de pesquisa do ICMBio ajudarão a apontar a sensibilidade das espécies impactadas para, assim, tornar possível o mapeamento das áreas de conflitos e oportunidades entre a exploração petrolífera e a biodiversidade marinha e costeira. O relatório final e todos os produtos gerados no PRIM-PGMar serão disponibilizados para servir de apoio aos órgãos ambientais e empreendedores do setor petrolífero nos processos de licenciamento ambiental e planejamento setorial, garantindo o uso racional dos recursos naturais e a conservação de espécies e ecossistemas ameaçados.



Ramila Rodrigues

MAPAS DE CONFLITOS E OPORTUNIDADES

Os PRIMs se baseiam em dois grandes grupos de informações: um mapa de impactos associados ao vetor de ameaça e outro de sensibilidade, construído a partir da distribuição espacial dos alvos de conservação. Essas duas informações (o mapa de impactos sobreposto ao mapa de sensibilidade) fornecem um terceiro produto, o "Mapas de Conflitos e Oportunidades".

Ele indica, antes do início do processo licitatório, áreas de grande sensibilidade às atividades petrolíferas, antecipando a probabilidade de o impacto ocorrer numa determinada área, auxiliando a escolha locacional e sugerindo o direcionamento do empreendimento para áreas de menor sensibilidade, onde o empreendimento demandaria um licenciamento ambiental menos complexo e com menos gastos com medidas mitigadoras.

A reunião contou com a presença de representantes de setores governamentais e não governamentais, pesquisadores de diversas instituições de Ensino Superior e institutos de pesquisa, centros de pesquisa, da Área de Proteção Ambiental Costa das Algas e de coordenações da Dibio. A oficina foi financiada pelo Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas - GEF Mar.

Conselheiros de Jericoacoara compartilham informações



Um dos primeiros materiais apresentados na capacitação – e para alguns participantes, o mais emocionante – foi o vídeo "História da Cidadania no Brasil", de autoria do analista ambiental Felipe Mendonça, chefe do ICMBio Fernando de Noronha, retratando diversos episódios do passado em que o povo tentou ter voz nas decisões públicas e o processo democrático falhou (ou não existiu). A apresentação do vídeo foi seguida de uma exposição dialogada e um debate sobre o atual estágio da participação social no Brasil.

Também foram tratados temas sobre Bases Legais da Participação Social e Instrumentos da Gestão Ambiental Pública, em que os participantes puderam avaliar, em um exercício prático, em que níveis de participação se encontram os diversos processos de gestão do parque em andamento atualmente. Para finalizar, Grazielle fez uma apresentação sobre a atuação do Conselho Consultivo do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, além de relatar como era Fernando de Noronha antes de o Parna ter concessão e como é hoje.



Acervo Parna de Jericoacoara

Flona capacita novo grupo de monitores ambientais voluntários

Foi dada a largada na capacitação da nova turma de Monitores Ambientais Voluntários da Floresta Nacional (Flona) do Tapirapé-Aquiri (PA), com a realização dos módulos teórico e prático. O primeiro contou com uma programação de três dias de duração e uma intensa troca de conhecimentos sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), Mosaico de Unidades de Conservação de Carajás, ecoturismo, biodiversidade amazônica, primeiros socorros básico e animais peçonhentos, conceitos e práticas de educação ambiental crítica, espeleologia, arqueologia, entre outros.

Na etapa prática, realizada entre os dias 16 e 21 de julho, os voluntários em formação estiveram alojados no interior do Mosaico Carajás e tiveram a rica oportunidade de conhecer os principais roteiros de visitação, além de novas áreas já mapeadas para uso no Programa de Educação Ambiental, por meio do qual posteriormente irão conduzir turmas sob a perspectiva da educação ambiental crítica. O contexto socioeconômico e ambiental da região foi amplamente discutido, além da relação dos empreendimentos desenvolvidos no interior e entorno do mosaico com a conservação da biodiversidade local.

Segundo André Macedo, chefe da Flona, o programa de voluntariado associado ao de educação ambiental crítica tem contribuído significativamente para a mudança do cenário regional, onde pouco se conhecia sobre as unidades de conservação e o ICMBio. "A imensa riqueza biológica existente era pouco acessível à sociedade, o que vem sendo revertido por meio de muito esforço. Tal processo tem despertado o sentimento de pertencimento perante as comunidades locais, de modo que as mesmas têm se engajado na proteção da unidade. Outro ganho importante foi o fortalecimento das parcerias locais", afirmou.

Para o voluntário Marcelo Braga, a oportunidade ampliou sua visão sobre as unidades de conservação e contribuiu para o fortalecimento do seu interesse pela causa. Já o voluntário Thia-

go Morais avalia como especial a oportunidade de conhecer de perto a Amazônia, agradecendo ao ICMBio pela oportunidade.

Agora, o grupo iniciará a fase experimental do programa, conduzindo de maneira supervisionada grupos de Marabá ao interior do mosaico, em especial à Flona do Tapirapé-Aquiri, estimulando a sensação de pertencimento e contribuindo na consolidação da gestão participativa na unidade. As oficinas de capacitações específicas mapeadas terão início no mês de setembro e visam fortalecer os conhecimentos já repassados, incentivando ainda o crescimento pessoal e profissional dos envolvidos.

A capacitação contou com a participação de instituições parceiras, como as universidades federais do Sul e Sudeste do Pará, Rural do Rio de Janeiro, Rural da Amazônia e de Minas Gerais; Fundação Casa da Cultura de Marabá; Grupo Espeleológico de Marabá; Cooperativa de Turismo de Parauapebas (Cooperture); Centro de Educação Ambiental de Parauapebas (Ceap) e Corpo de Bombeiros Militares, além dos voluntários, sempre brilhando no suporte às atividades da UC.

ENCONTRO DE VOLUNTÁRIOS

Foi realizado, ainda, no dia 20 de julho, o I Encontro de Voluntários da Flona do Tapirapé-Aquiri. O evento contou com a participação das turmas 2016, 2017 e 2018, além de parte do voluntariado da Flona de Carajás. Ao todo, foram cerca de 70 voluntários reunidos, em um momento de agradecimento pelos relevantes trabalhos prestados, além de estímulo e motivação para continuidade na causa.



Novos monitores ambientais voluntários

ICMBio participa da campanha “Um Dia no Parque”

O Instituto Chico Mendes participou no dia 22 de julho da campanha “Um Dia no Parque”, que buscou chamar as pessoas para ocupar as unidades de conservação (UCs) federais, estaduais e municipais para o lazer, a educação ambiental e a conscientização. A iniciativa foi idealizada pela Rede Pró UC, em parceria com a Coalizão Pró-Unidades de Conservação, e inspirada no Park Day, dos Estados Unidos.

Confira o que aconteceu em algumas das unidades de conservação federais participantes.

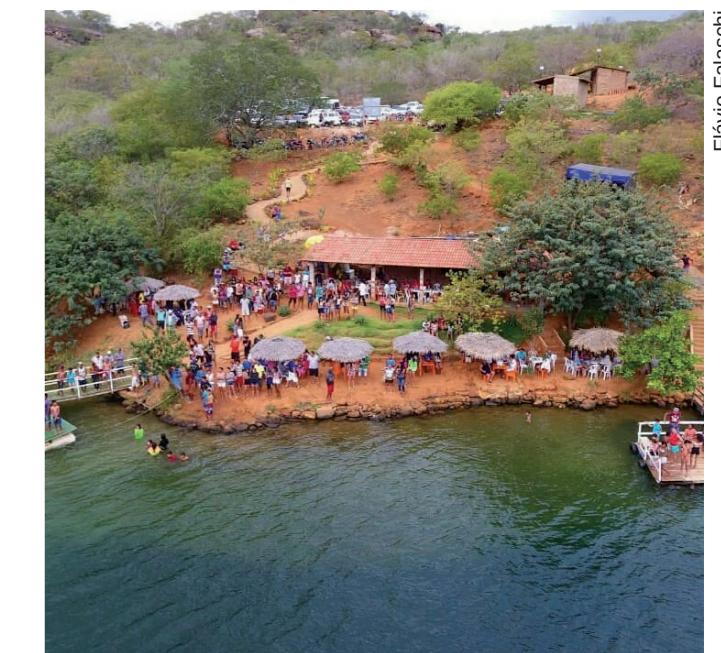
MN DO RIO SÃO FRANCISCO

Ribeirinhos e empresários locais organizaram a “Gincana da Orla do Talhado”, que já está em sua quinta edição, no Monumento Natural do Rio São Francisco (BA/SE/AL). Com esportes como natação e canoa a remo, a competição envolveu pessoas da própria comunidade, na Prainha da Dulce.

“Um evento como este é de fundamental importância para nossa cidade e região, integrando o turista que nos prestigia ao nos visitar, os atletas como uma forma de incentivo e, mais importante ainda, os moradores da cidade e comunidade, que tiveram um dia de diversão e lazer com segurança. O turismo aplicado com responsabilidade e de forma sustentável é o caminho a ser seguido para geração de emprego e renda na nossa cidade e região”, enfatizou Adalberto Inácio, secretário Municipal de Turismo.

Emerson Leandro, chefe do monumento natural, ressaltou que “esse tipo de ação é essencial para que a população tenha conhecimento que parte do território da cidade de Olho D’água do Casado faz parte de uma unidade de conservação federal, o Monumento Natural do Rio São Francisco, e a fim de que a população cuide e desfrute dessa riqueza que são os cânions do Rio São Francisco.”

No município de Olho D’água do Casado (AL), além da Prainha da Dulce, estão vários atrativos que estão dentro da UC, como a Trilha dos Cânions Dourados, o Sítio Arqueológico Maribondo, o Mirante da Concha Ecológica e o Ponto de Visitação Show da Natureza.



PARNA DO ITATIAIA

Com oito décadas de história, o Parque Nacional do Itatiaia (RJ/MG), primeira unidade de conservação do Brasil, não poderia ficar de fora desta ação. Evidenciando a riqueza de sua fauna e flora na Mata Atlântica preservada, o parque trouxe a proposta de uma atividade realizada pelos voluntários.

Buscando uma experiência diferenciada, foi promovida uma visita monitorada ao Chalé Alpino, uma construção da década de 60, no território do parque, onde morou Jean-Pierre Bastiou – o precursor do Yoga no Brasil. O local é acessado por uma trilha pouco explorada e de acesso limitado, tendo em vista que parte dela está incorporada à travessia Ruy Braga, que liga a parte alta à baixa do parque.

Com mais de 1.200 metros de altitude, o local possui uma beleza cênica exuberante, destacando pontos como o morro dos Três Picos, a Pedra Cabeça de Leão e o córrego que dá origem a já conhecida cachoeira Véu de Noiva. Além disso, é possível, em meio a uma imersão em nuvens, avistar a Represa do Funil e a cidade de Itatiaia. Neste dia, foram atingidas aproximadamente cem pessoas de várias regiões e de diferentes faixas etárias.

"Nós, voluntários, somos movidos pela intensidade das relações humanas e a troca de experiências que é proporcionada pelo multiculturalismo". Foi indo ao encontro dessas motivações que os voluntários organizaram a ação, proporcionando a troca de conhecimentos originada das várias interpretações de mundo de cada pessoa envolvida na ação.

Para eles, foi um privilégio ter a oportunidade de conhecer os visitantes que passaram pelo parque naquele dia, quando tiveram a chance de enriquecer como pessoas que buscam o engajamento de uma sociedade mais sensível à importância da consciência ambiental e social. Uma experiência ímpar vivenciada por eles foi a de conduzir um visitante com deficiência visual. De forma intuitiva, a percepção da necessidade em ser os olhos desse visitante os levou a interpretar a trilha de forma sensorial, permitindo que ele tocasse, ouvisse e sentisse por todo o percurso.

"Foi uma emoção poder conhecê-lo e tornar este momento memorável, que agora faz parte da história do visitante e do voluntário. Concluímos a atividade com a satisfação de termos contribuído para a sensibilização social do papel do Parque Nacional do Itatiaia em seu território rico. Somos gratos pela chance de fazermos parte da equipe que pode proporcionar esta experiência", afirmou o grupo de voluntários.



Acervo Parna do Itatiaia



Acervo Parna do Itatiaia

PARNA DE SÃO JOAQUIM

No Parque Nacional de São Joaquim (SC), a equipe gestora conduziu 22 participantes pela trilha da cascatinha, trajeto de fácil acesso e percurso, totalmente inserida na área da unidade e ainda pouco conhecida pelos moradores da região. Na oportunidade, a equipe explicou o objetivo da iniciativa, ao estimular o conhecimento sobre a área e a visitação ao parque, aproximando a comunidade da UC. Ao final, muitos presentes se manifestaram solicitando mais iniciativas como essa.

As parcerias locais foram importantes para colaborar com a divulgação do evento, assegurar o transporte dos participantes até o local da trilha e animar o evento com atividade de alongamento e sorteio de brindes. Foram parceiros da atividade Academia Carol Fitness, Studio de Yoga Sat Yoga, Cacau Serra Chocolates, Serra Sul Ecoturismo e Aventura, Ervateira Erva Mate Urubici e a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto de Urubici.



Acervo Parna de São Joaquim

RESEX MARINHA DE SOURE

Mais de 10 mil pessoas estiveram na Reserva Extrativista Marinha de Soure (PA), público representado especialmente por moradores do município de Soure. Foram realizadas, na praia do Pesqueiro, atividades lúdico-pedagógicas e de comunicação, para divulgar a importância ecológica, social e cultural da unidade, informando regras e leis que demonstram a necessidade de proteção do manguezal e de todas as comunidades que com ele interagem.

Para isso, foram desenvolvidos jogos, brincadeiras e oficinas como ferramentas para despertar a curiosidade e o cuidado com o meio ambiente. Com orçamento reduzido, optou-se por atividades mais simples, focadas no público infanto-juvenil, que reforçassem a importância da Resex marinha para a região. As ações realizadas com apoio de voluntários tiveram por objetivo não somente a capacitação deles para o projeto, mas sua sensibilização para a importância da UC e do seu papel cidadão na conservação ambiental, na tentativa de engajá-los posteriormente em outras ações da unidade, transformando-os em divulgadores e protetores permanentes da reserva.

Na praia, os voluntários fizeram a abordagem direta de usuários para comunicação e sensibilização ambiental, divulgando regras de uso da Resex e realizando questionários de perfil de visitantes, e promoveram atividades lúdicas e pedagógicas, direcionadas para crianças e jovens. Também foi realizado o mutirão de conscientização ambiental e coleta de lixo – Praia limpa é a nossa praia!, que contou com a participação de crianças e jovens da comunidade local e dos voluntários da Resex.



Força Tarefa Previncêndio organiza ações de combate a incêndios florestais

A equipe da Coordenação Regional 11 representou o ICMBio na 1º Reunião Ordinária da Coordenação-geral da Força Tarefa Previncêndio de 2018, que aconteceu na Cidade Administrativa em Belo Horizonte (MG). Em busca de combater os incêndios florestais nas unidades de conservação estaduais e federais do estado, o evento pontuou as principais ações de combate ao fogo de todas as organizações que integram a Força Tarefa Previncêndio.

Um dos principais assuntos abordados pelos participantes foram os problemas na manutenção das aeronaves que auxiliam no combate ao fogo, a escassez de combustíveis para ações em 2018 e os benefícios do drone no monitoramento de incêndios criminosos. Além disso, foram apresentados os serviços do ICMBio, com os brigadistas, e os treinamentos e capacitações dos cursos de incêndios florestais oferecidos pela Defesa Civil.

Estêvão Marchesini, ponto focal de assuntos de prevenção e combates a incêndios florestais no âmbito da CR11, apresentou os novos brigadistas da coordenação e destacou o crescimento das brigadas nas unidades de conservação com a criação de grupos voluntários, como a Associação de Brigada da Mata

Escura e da Canastra.

Segundo ele, quando solicitado, há uma parceria entre o ICMBio e as unidades estaduais e esse apoio é necessário para que o combate ao fogo seja efetuado com sucesso. "Realizamos uma avaliação do incidente, estudamos as mobilizações e determinamos formas de deslocamentos dos brigadistas das UCs mais próximas aos locais de ocorrência. Este apoio ficará condicionado à disponibilidade de brigadistas das unidades federais e vice-versa. As unidades não sabem o que é federal e estadual, o que é bombeiro e o que é polícia. A nossa biodiversidade não sabe distinguir tudo isso. Então, se nós nos unirmos para que vejamos todos um só, o êxito será bem maior", conclui Estêvão.

Estiveram presentes na reunião, aproximadamente, 30 pessoas, entre representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ICMBio, Instituto Estadual de Florestas (IEF), polícias Militar e Civil, Corpo de Bombeiro, Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, Criação do Comando de Aviação do Estado (Comave) e Comando de Rádio Patrulhamento Aéreo (Coopaer).



Brasil reforça medidas para áreas marinhas

O Diário Oficial da União da última segunda-feira (30/7) publicou a portaria que institui a Iniciativa Azul do Brasil, um conjunto de ações para promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade costeira e marinha do País. Estabelecida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a medida incentivará e coordenará projetos para áreas marinhas, por meio de uma plataforma gerencial.

Os objetivos da Iniciativa Azul do Brasil incluem a construção de ações estratégicas e de longo prazo, além da aproximação da sociedade e da interação com setores governamentais e não governamentais. A medida também foca na proteção de ecossistemas e espécies ameaçadas e na garantia dos direitos das populações tradicionais extrativistas marinhas e costeiras.

Para isso, a medida atuará na busca por financiamento e por parcerias com agências de cooperação, sociedade civil, setor privado, órgãos públicos e associações locais. A comissão coordenadora responsável pela gestão da Iniciativa será formada por representantes das cinco secretarias do MMA e do ICMBio, e será presidida alternadamente, a cada ano, por cada um dos dois órgãos.

AGENDA GLOBAL

Os compromissos internacionais para a agenda ambiental orientarão a Iniciativa Azul do Brasil. Entre eles, está o conjunto de proposições definidas pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), as Metas de Aichi, em especial aquelas que tratam do aumento da proteção de áreas marinhas e costeiras e da conservação de ecossistemas e espécies ameaçadas.

Os esforços para conter a mudança do clima também fazem parte da Iniciativa. Um dos principais tratados para frear o aquecimento global, o Acordo de Paris é outro protocolo que guiará os trabalhos. A medida será orientada, ainda, pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em especial os que tratam da vida debaixo d'água.

A Iniciativa Azul do Brasil já foi apresentada à comunidade internacional em encontros da agenda ambiental. Em setembro de 2017, a medida foi tema do evento oficial do Brasil na programação do 4º Congresso Internacional de Áreas Marinhas Protegidas, que ocorreu no Chile. Em junho do mesmo ano, a delegação brasileira também apresentou a proposta na Conferência dos Oceanos, realizada na sede da ONU, em Nova York.



A temporada de queimas prescritas no enclave de Cerrado abrangido pelo Parque Nacional dos Campos Amazônicos (RO/MT/AM) e as terras indígenas Tenharim Maranhos e Tenharim do Igarapé Preto foi encerrada recentemente. As áreas que foram submetidas às queimas seguem o estabelecido no Plano de Manejo Integrado do Fogo (PMIF) da unidade, aprovado pela Coordenação de Prevenção e Combate a Incêndios (Coin) no final de 2017.

Essas queimas ocorrem na transição do período chuvoso para o seco, chamadas de queimas precoces por ocorrerem no início da seca, e vem sendo fundamentais para a prevenção de grandes incêndios nos meses mais secos do ano, que na região se concentram em agosto e setembro.

As queimas são realizadas pelos brigadistas do ICMBio com a aplicação de técnicas adequadas para atingir os objetivos de cada uma delas. Elas são registradas em formulário específico, detalhando as etapas de planejamento, execução e pós-queima. Durante as queimas, são registrados dados como velocidade e direção predominante do vento, temperatura ambiente, umidade relativa do ar e número de dias sem chuva. As queimas não possuem contenção de largura e se extinguem naturalmente com as condições climáticas da noite, como baixa umidade, pouco vento e temperatura mais fria.

Com as queimas prescritas, a equipe de brigadistas concentra seus esforços nos meses de maio e junho, visando uma menor probabilidade de incêndios de alta intensidade nos meses seguintes e evitando impactos severos nos ambientes sensíveis ao fogo, como buritizais, brejos, capões de mata, matas ciliares e topes de morro. Por outro lado, espécies dependentes e adaptadas se beneficiam de um fogo “bom”, que contribui por exemplo para a germinação de sementes. Além disso, a rebrota após a passagem do fogo atrai herbívoros em busca de forragem nova.

Campos Amazônicos conclui queimas prescritas de 2018



Desde 2016, a UC tem avançado nas queimas prescritas. No ano passado, concluiu-se a temporada com aproximadamente 12.200 hectares afetados pelas queimas e agora foram cerca de 23.700. “Desta forma, os ambientes savânicos do parque e das duas terras indígenas estão devidamente fragmentados e com menor chance de ocorrência de incêndios com grandes proporções. Um importante registro é que a área atingida neste ano representa apenas cerca de 6% da área total do enclave de Cerrado abrangido pelas três áreas protegidas”, afirmou Bruno Contursi Cambraia, chefe da unidade.

As ações de Manejo Integrado do Fogo (MIF) não se restringem às queimas prescritas.

Elas também envolvem a supressão do fogo quando necessário e pesquisas científicas para ampliar o conhecimento acerca do assunto, permitindo um melhor planejamento.

A unidade conta com um mapeamento detalhado de todas as cicatrizes de queimas desde o ano 2000, como resultado de uma parceria com o pesquisador brasileiro Daniel Borini, iniciada em 2016 e que se estenderá para os próximos anos. Doutorando pela Universidade de Zaragoza/Espanha e atuante na área de geoprocessamento, ele já publicou artigos tendo o parque como área de estudo.

Neste ano, foi firmada parceria com pesquisadores da Universidade Federal de Rondônia (Unir)

com o objetivo de coletar e identificar espécies vegetais de ocorrência na região de Cerrado da unidade, para posteriormente relacioná-las com as ocorrências de fogo. Também foi iniciada a implantação de parcelas amostrais de um hectare, que serão submetidas a queimas prescritas com diferentes tratamentos a partir do ano que vem e monitoradas com o envolvimento dos brigadistas e pesquisadores parceiros.

“A tendência para os próximos anos é ampliar o quantitativo de queimas prescritas, porém atingindo áreas menores em cada evento de forma a contribuir para a formação de um mosaico refinado de diferentes regimes de fogo”, explicou Bruno.

Pesquisa e manejo do turismo com cavalos-marinhos são discutidos em Jericoacoara

Diferentes atores envolvidos no turismo interativo com cavalos-marinhos (*Hippocampus reidi*) no Parque Nacional de Jericoacoara (CE) participaram recentemente de uma reunião com o objetivo de fazer o resgate histórico de como o turismo com esses animais teve início na unidade de conservação (UC). Na ocasião, também foram discutidas algumas das atividades que serão realizadas em parceria com o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT).

Participaram do evento 29 pessoas, entre voluntários e analistas ambientais do ICM-Bio, condutores e proprietários de canoas que trabalham no turismo com cavalo-marinho e membros da Colônia de Pescadores de Jijoca de Jericoacoara (Z-30).

A interação com os cavalos-marinhos é um dos atrativos do roteiro oeste do parque e atualmente desenvolve-se em três áreas de manguezal situadas em seu interior e entorno. Para chegarem até estas áreas, os visitantes percorrem aproximadamente 12 quilômetros a partir da Vila de Jericoacoara até a região do manguezal onde a interação com os animais acontece.

Atualmente, a geração de renda é um dos impactos positivos do turismo com cavalos-marinhos. A maioria dos condutores tem nesta atividade sua única fonte econômica. Para outros, é uma atividade que complementa a renda oriunda da pesca artesanal, realizada na região. No entanto, o manejo inadequado dos cavalos-marinhos e a degradação dos manguezais podem comprometer a viabilidade das subpopulações locais da espécie, que consta na Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, na categoria Vulnerável.

De acordo com Kátia Carneiro, analista ambiental do Parque Nacional de Jericoacoara, "a interação turística com o cavalo-marinho



Fábio Pereira

CNPT está realizando o mapeamento das áreas do litoral nordestino onde o turismo com cavalos-marinhos ocorre

pode se converter de ameaça a aliada na conservação do manguezal e da espécie, especialmente se estiver inserida em uma proposta de Turismo de Base Comunitária, apresentando um novo modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade local".

Marcelo Vidal, analista ambiental do CNPT, esclarece que a dispersão da atividade por outras unidades de conservação também é fator preocupante e necessita de monitoramento. "Estamos fazendo o mapeamento das áreas onde o turismo com cavalos-marinhos acontece no litoral nordestino. Além das ações em Jericoacoara, já realizamos uma visita técnica na Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Rio Parnaíba (MA/PI/CE), onde a atividade também ocorre", esclarece Vidal.

Segundo Patrícia Claro, analista ambiental da APA, um termo de ajustamento de conduta envolvendo condutores de turismo, prefeitura municipal, colônia de pescadores e ONGs que trabalham com conservação ambiental está em construção, e o início da parceria com o CNPT é bastante positivo para esta agenda. "A experiência do centro de pesquisa em projetos que envolvem a sociobiodiversidade vem agregar conhecimento técnico e fortalecer o diálogo entre os atores envolvidos no turismo de observação de cavalo-marinho realizado em nossa unidade de conservação", afirmou.

APA Costa das Algas e RVS de Santa Cruz integram programa de longo prazo para conservação de habitats costeiros

O Programa Ecológico de Longa Duração (PELD) Hábitats Costeiros do Espírito Santo (HCES) foi apresentado em julho por Ângelo Bernardino, professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), aos conselhos consultivos da Área de Proteção Ambiental (APA) Costa das Algas e do Refúgio de Vida Silvestre (RVS) de Santa Cruz.

O PELD consiste em uma rede nacional de pesquisas de longo prazo, que busca compreender, organizar e consolidar os conhecimentos sobre a composição, o funcionamento e as mudanças dos ecossistemas brasileiros, tendo como principal meta gerar conhecimento e desenvolver ferramentas para avaliar a diversidade biológica, integrando grupos de pesquisa por meio da troca e sistematização de informações.

O professor Ângelo explicou que o PELD é um programa do CNPq em parceria com as fundações de apoio estaduais (Fapes, no Espírito Santo), que visa estabelecer sítios de monitoramento de longo prazo, entre 20 e 30 anos, com foco climático, ambiental, socioambiental, entre outros. É a primeira vez que o PELD estuda ecossistemas costeiros no estado do Espírito Santo, abrangendo desde florestas de manguezais, recifes costeiros e bancos de rodolitos na região da APA, do RVS e do estuário dos rios Piraquê-açu e Piraquê-mirim.

Durante a apresentação, foram expostos dados de uma extensa amostragem realizada até o momento para estudar a qualidade ambiental das áreas do estuário do rio Piraquê-açu e Piraquê-mirim e baía de Vitória, possibilitando a elaboração de uma base completa dos animais marinhos, táxons e espécies dessas áreas.

Nestes estudos, observou-se que a baía de Vitória encontra-se com um grau de signifi-

cativo de contaminação por efluentes, confirmado pela presença de esgoto, enquanto o Piraquê-açu tem característica mais natural, ainda com um bom estado de conservação. Segundo o professor Ângelo, esses estudos apontaram evidências de que grande parte dos efeitos de degradação desses rios foram em virtude da seca e de um evento de granizo que degradou cerca de 20% da área de manguezais da região.

BASE DE DADOS

O PELD HCES está tentando estabelecer uma inédita base de dados ecológicos e ambientais para dar suporte à conservação de florestas de manguezais da região. Isso inclui atividades de educação ambiental para informar comunidades locais dos serviços ecossistêmicos dos manguezais; envolver toda a comunidade do entorno das UCs na valorização do ecoturismo e dos recursos pesqueiros e identificar formas de tornar essas atividades autossustentáveis. No PELD-HCES se tem buscado ainda incluir os manguezais do Piraquê-açu e Piraquê-mirim em um dos primeiros experimentos do Brasil de valorização do ecossistema manguezal.

O professor Ângelo destacou que, além dos estudos realizados nos estuários, vem sendo desenvolvido o monitoramento na porção costeira, com áreas de amostragem no interior da APA Costa das Algas e do RVS de Santa Cruz. O objetivo é estudar a ictiofauna e os bancos de rodolitos, bem como as relações entre eles, buscando avaliar sua importância e dos peixes para a região. Essas informações permitirão inferir os impactos causados pela ausência dos bancos de rodolitos para a região, podendo auxiliar, por exemplo, a análise dos processos de licenciamento.

Esec é palco de pesquisa sobre efeito do fogo no Cerrado

A Estação Ecológica (Esec) Serra das Araras (MT) está recebendo a pesquisa "Estratégias para Conservação da Biodiversidade e Ecologia do Cerrado: o uso do fogo como ferramenta de gestão", conhecido como Projeto CERFogo. O estudo vem sendo executado desde o início de 2018, em uma parceria entre Universidade de Oxford (Inglaterra), Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) e ICMBio.

O objetivo do projeto é estudar a mudança da estrutura e composição da vegetação após o fogo em áreas de Cerrado; determinar as taxas de mortalidade, rebrota e recrutamento das espécies de floresta presentes nas comunidades do bioma e estudar as mudanças da produtividade primária líquida após o fogo.

Nos dias 28 e 29 de julho, foi realizada com sucesso a queima de duas parcelas instaladas no interior de um cerrado senso stricto com influência florestal. Segundo Maria Antônia Carnielo, professora da Unemat e pesquisadora do projeto, o experimento de queima foi criteriosamente planejado. As atividades que a antecederam incluíram estudos botânicos de coleta e identificação das espécies presentes nas parcelas queimadas e respectiva parcelas controle (não queimadas).

Todo o processo de preparação e o acompanhamento da queima tem sido desenvolvido em parceria com o ICMBio, com orientação da professora Imma Oliveras Menor, da Universidade de Oxford. Ações como essas, em que são ouvidos agentes locais experientes em relação ao uso controlado do fogo e promovidas simultaneamente a integração deles com os pesquisadores, promovem, com a interação das diferentes instituições, a capacitação de novos servidores. "Estamos cientes de que ações desta natureza capilarizam, por intermédio dos diferentes participantes, conhecimentos elaborados sobre a importância do fogo para a manutenção do Cerrado", afirmou a professora Maria Antonia Carnielo.

Para Imma, coordenadora do CERFogo, este projeto vai trazer respostas importantes de como a reintrodução do fogo, após quase 30 anos, pode afetar as espécies que têm aparecido durante essa época. Segundo a pesquisadora, o bioma Cerrado é um dos ecossistemas com maior biodiversidade do Brasil, sendo que a falta de fogo desde 1991 em algumas regiões da Esec Serra das Araras, em especial na área onde está sendo conduzida a queima das parcelas, pode estar produzindo uma mudança muito importante na sua composição e no seu funcionamento, já que muitas espécies típicas de mata ou até mesmo espécies exóticas têm invadido a unidade, causando a desaparição das espécies de flora e fauna típicas do Cerrado.

Luiz Gustavo Gonçalves, analista ambiental do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, que apoiou a Esec na execução das queimas das parcelas, acredita que as pesquisas científicas trarão uma fundamental contribuição nas decisões de manejo. "As queimas prescritas recuperam práticas tradicionais de manejo do Cerrado, praticadas por populações humanas que antes residiam no interior da unidade de conservação e produziam intervenções pontuais que mantiveram abertas as fisionomias campestres, com altos índices de biodiversidade. As pesquisas nos trazem instrumentos importantes para o monitoramento do comportamento do Cerrado antes e depois dessas intervenções, contribuindo para o incremento do manejo integrado do fogo", pontuou o servidor.

Segundo Marcelo Leandro Feitosa de Andrade, chefe da Esec, esta pesquisa é pioneira no manejo de uso do fogo na transição Cerrado-Amazônia-Pantanal. "Esta parceria nos trará muito aprendizado e evolução do manejo integrado do fogo na UC, tendo em vista que estamos acompanhando nesta queima os efeitos da reintrodução do fogo na composição e na dinâmica do ecossistema Cerrado", afirmou. A pesquisa se estenderá ao longo de 2019 e 2020, sendo ainda prevista a queima de mais quatro parcelas.



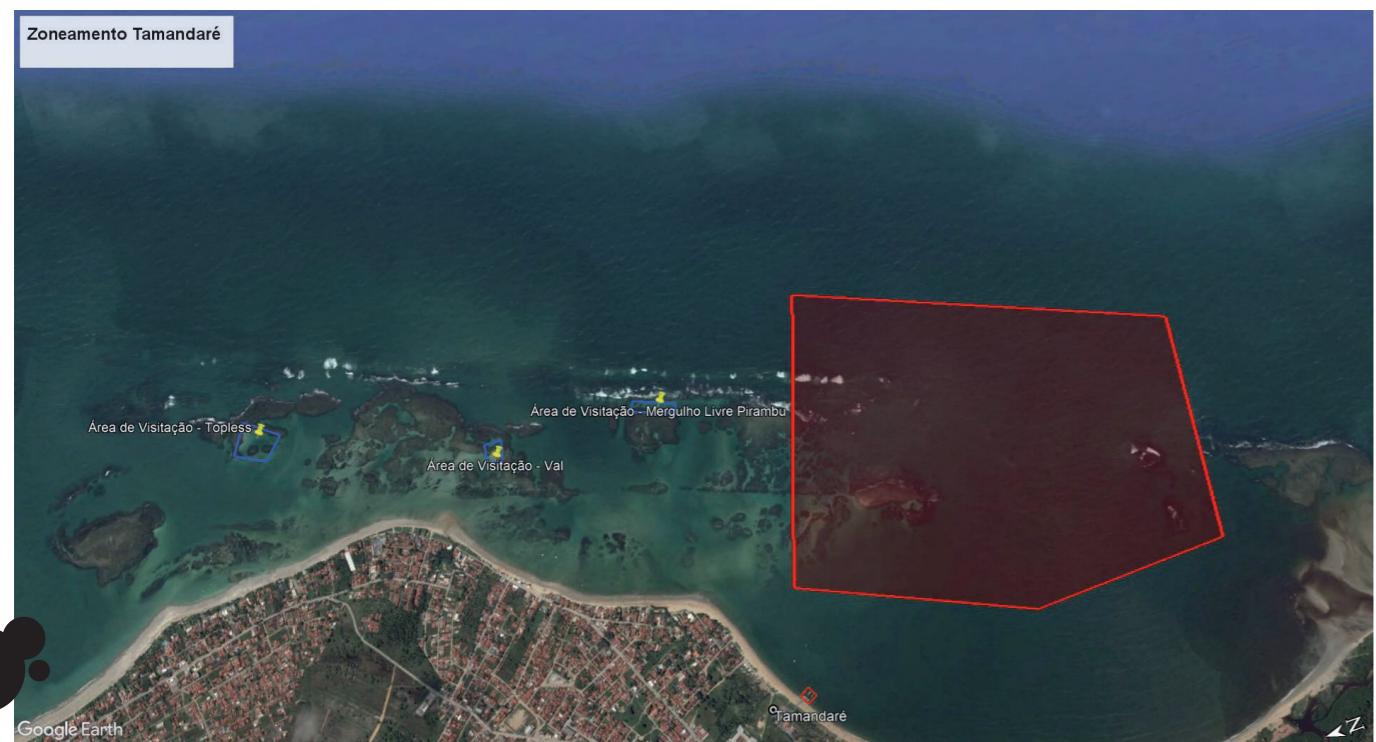


Conselheiros discutem novo zoneamento marinho da Costa dos Corais

Os conselheiros da Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais (AL/PE) conheceram na última reunião do Conselho Consultivo o resultado das consultas públicas e do estudo ecológico de zoneamento da unidade de conservação (UC). O evento contou com a participação de 40 instituições-membro, dis-

tribuídas entre o poder público e a sociedade civil, dos setores ambientalistas, da gestão, do turismo, da pesca, da pesquisa e da indústria.

Na proposta de zoneamento apresentada, foi contemplada a demanda de visitação turística em toda a UC e a criação de novas



zonas de preservação da vida marinha (onde não é permitida nenhuma atividade, somente a pesquisa científica). Entre as várias premissas apresentadas para definição das zonas, foi destacada e bastante discutida no conselho a relevância ecológica e socioeconômica de cada área, principalmente para o setor da pesca artesanal. Com poucas ressalvas e apresentação de contrapropostas e pedidos de ajustes por parte dos representantes dos municípios de Tamandaré e Maragogi, a proposta de zoneamento foi bem avaliada em sua maior parte.

A reunião teve também uma programação repleta de informes, pautas, apresentações de produtos da gestão e ações executadas pelos parceiros do ICMBio. Entre os assuntos tratados estiveram debate sobre as propostas de zoneamento marinho, eleição dos conselheiros participantes da última Oficina de Planejamento Participativo para revisão do plano de manejo, apresentação do plano

de comunicação da APA Costa dos Corais, expostos os encaminhamentos do grupo de trabalho para recuperação do rio Persinunga e exposição do projeto de monitoramento de praias do Instituto Biota.

Segundo o analista ambiental José Ulisses, "o conselho da APA Costa dos Corais está em um processo de amadurecimento. A ferramenta de gestão foi implementada em 2011 e já está gerando bons frutos, pois vem auxiliando nas tomadas de decisão do ICMBio e fortalecendo a participação social na gestão da unidade de conservação".

A equipe do ICMBio ainda fará devolutivas e novas consultas sobre o zoneamento proposto nas comunidades de Ipioca (Maceió), Santa Luzia/Tabuba (Barra de Santo de Antônio) e Barra do Camaragibe (Passo de Camaragibe), onde a participação dos pescadores foi diagnosticada como baixa.



Curtas

Guia de emendas parlamentares é atualizado

O "Guia de Emendas Parlamentares para Unidades de Conservação" ganhou uma versão atualizada, feita pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). O material consta de um kit de três publicações e busca orientar a elaboração e sugestão de emendas parlamentares e propostas de convênio que promovam a criação, gestão e consolidação de unidades de conservação. O objetivo é auxiliar os agentes envolvidos - parlamentares e entidades propONENTES - a compreender as etapas e os requisitos necessários para concepção e formatação de propostas voltadas à Ação Orçamentária 20LX, que visa ampliar, implementar e consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Con-

servação da Natureza (Snuc), desde a elaboração e aprovação da emenda parlamentar até a submissão da proposta ao Portal Eletrônico de Convênios do Governo Federal (Siconv). As publicações foram produzidas dentro do projeto "Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - LifeWeb", coordenado pelo MMA, com apoio da cooperação alemã para o desenvolvimento sustentável (GIZ - GmbH), no âmbito da Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima (IKI, sigla em alemão) do Ministério Federal do Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU, sigla em alemão). O kit pode ser acessado em <https://bit.ly/2fOleyk>

APA Delta do Parnaíba reúne conselheiros

Conselheiros da Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba (MA/PI/CE) reuniram-se nos dias 24 e 25 de julho para discutir ações do plano de manejo, revisão dos limites da unidade de conservação (UC), pesca de arrasto de camarões e o Projeto Rotas da Conservação, entre outros assuntos. Na oportunidade, também foi divulgado o resultado do I Colóquio do Kitesurf no Piauí, com discussão e validação de estratégias e diretrizes para construir de forma participativa o ordenamento da atividade esportiva em diferentes locais do litoral. "Em seus dez anos de funcionamento, o conselho da APA Delta do Parnaíba alcançou uma participação mais efetiva dos representantes da sociedade civil organizada, por meio de um diálogo mais efetivo

sobre os principais problemas socioambientais existentes no território da unidade e as ações possíveis para enfrentá-los", destaca a chefe substituta Patrícia Claro. Na próxima reunião, serão apresentados os resultados do diagnóstico participativo realizado nas reuniões comunitárias e setoriais, para ser apresentado em Oficinas Prévias do Plano de Manejo. "Percebe-se que o espaço do conselho amplia a participação da sociedade e demais entes na gestão da APA, contribuindo com processos e programas em curso na unidade, somando-se aos demais esforços de participação dos setores do território no alcance dos objetivos de criação desta importante área marinha protegida no Brasil", afirmou Daniel Castro, chefe da APA.

Técnicas de combate ao crime são tema de curso

Entre os dias 2 e 27 de julho, foi realizado, pela Polícia Rodoviária Federal, o XXVI Curso de Técnicas Policiais de Combate ao Crime. A capacitação, destinada ao aperfeiçoamento das táticas e técnicas empregadas no enfrentamento dos mais diversos tipos de crimes, como os ambientais, contou com a participação de um agente de fiscalização do ICMBio, representando a Coordenação de Fiscalização (Cofis). O curso foi realizado em regime de internato na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e apresentou disciplinas como Patrulha (rural e urbana), Abordagem, Técnicas de Defesa Pessoal, Armamento e Tiro, Gerenciamento de Crises, Condução Veicular e Planejamento Operacional. A capacitação permitirá ao ICMBio avaliar e aperfeiçoar suas

atividades de fiscalização, tanto no campo de formação dos agentes quanto no planejamento e realização das operações de fiscalização.



Curso contribuirá com a atuação no ICMBio em operações de fiscalização

Acervo ICMBio

Esec de Pirapitinga navega 500 quilômetros ao longo do rio São Francisco

Cerca de 500 quilômetros do lago de Três Marias, no rio São Francisco, foram percorridos por representantes da Estação Ecológica (Esec) de Pirapitinga (MG), de 18 a 24 de julho, em apoio a um projeto de pesquisa do programa de pós-graduação de Geologia da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri. A partir de coletas feitas pelos pesquisadores Gustavo Filemon e Ciro Couto, o projeto busca investigar e caracterizar as concentrações e distribuições de metais pesados na Usina Hidrelétrica de Três Marias, administrada pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), próxima aos municípios de Três Marias e

Morada Nova de Minas. Durante todo o percurso, foi possível avistar raposas, capivaras, várias espécies de aves e os diferentes tipos de ocupações e de vegetação às margens da represa, "mas nenhum local se compara à exuberância da vegetação e paisagem existente na Esec de Pirapitinga", afirma João da Cruz, voluntário do ICMBio que participou da atividade. A pesquisa, autorizada via Sisbio, poderá auxiliar na identificação da influência do lago na dinâmica da paisagem dentro da unidade e seu entorno e também identificar possíveis impactos ambientais à fauna e flora da Estação Ecológica de Pirapitinga", explicou Tiago Rezende, analista ambiental da Esec.

João da Cruz



Pesquisa poderá identificar impactos ambientais à fauna e flora da unidade

Flona do Jamanxim (PA)





ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ivanna Brito

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayanne Miranda

Diagramação

Celise Duarte

Chefe da Divisão de Comunicação

Márcia Muchagata

Colaboraram nesta edição

Aimée Cruz Cisneiro – Parna do Itatiaia; Ana Luiza Castelo Branco Figueiredo – Parna de São Joaquim; Ascom MMA; Bruno Contursi Cambraia – Parna dos Campos Amazônicos; Daniel Castro – APA Delta do Parnaíba; Débora Gutierrez – Resex Marinha de Soure; Diego da Silva Santos – APA Costa dos Corais; Emerson Leandro Costa de Oliveira – MN do Rio São Francisco; Equipe de voluntários do Parna do Itatiaia; Glenda Quirino – Flona do Tapirapé-Aquiri; Izabela Marinho – Cofis; João Marcos de Lima Faria – Parna do Itatiaia; Lucas Rocha Melo Port – Parna do Itatiaia; Lucas Tolentino – Ascom/MMA; Marcelo Vidal – CNPT; Maya Lopes – Parna de Jericoacoara; Patrícia Claro – APA Delta do Parnaíba; Sandra Tavares – Tamar; Tiago Rezende – Esec de Pirapitinga; Verônica Ferron – CR11.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 ascomchicomendes@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br

